

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22  
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 1.105.738 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 10.575.299 mil e Ativos Totais de R\$ 10.620.379 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital

social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000 mil elevando-o de R\$ 4.100.000 mil para R\$ 4.800.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais					
	2018	2017		2018	2017
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	1.443.352	1.076.447	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19f).....	43.856	46.110
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6).....	255.082	511.676	Dividendos a Pagar (Notas 12c e 18a).....	32.622	33.426
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	255.237	-	Outras Obrigações.....	10.504	12.599
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8).....	-	263.442		730	85
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9).....	890.332	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.224</b>	<b>1.166</b>
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a).....	-	221.238	Provisão para Impostos e Contribuições.....	138	123
Depósitos Judiciais (Nota 10).....	41.615	79.048	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 13).....	1.086	1.043
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.177.027</b>	<b>8.449.323</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.566.962</b>	<b>836.464</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.575.299</b>	<b>9.478.494</b>
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8).....	1.563.832	-	Capital Social (Nota 12a).....	4.800.000	4.100.000
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9).....	-	835.457	Reservas de Lucros (Nota 12b).....	5.785.647	5.390.413
Créditos Tributários (Notas 19c e 19d).....	3.130	1.007	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(10.348)	(11.919)
<b>Investimentos (Nota 11b)</b> .....	<b>7.610.065</b>	<b>7.612.859</b>			
<b>TOTAL</b> .....	<b>10.620.379</b>	<b>9.525.770</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>10.620.379</b>	<b>9.525.770</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>1.096.785</b>	<b>1.327.278</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11b).....	1.096.785	1.327.278	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>36.392</b>	<b>26.578</b>	
Despesas Tributárias (Nota 15).....	23.311	22.533	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	3.468	4.045	
Despesas de Pessoal (Nota 17).....	9.613	-	
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b> .....	<b>141.548</b>	<b>116.720</b>	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 14).....	141.548	116.720	
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>1.201.941</b>	<b>1.417.420</b>	
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)</b> .....	<b>(96.203)</b>	<b>(91.221)</b>	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>1.105.738</b>	<b>1.326.199</b>	
Número de ações.....	535.796.738	535.796.738	
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	2.063,73	2.475,19	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>1.201.941</b>	<b>1.417.420</b>	
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.096.785)	(1.327.278)	
Juros e Variações Monetárias, Líquidas.....	576	-	
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>105.156</b>	<b>90.718</b>	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(1.403.526)	-	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível pra Venda.....	-	(337.943)	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado.....	7.826	-	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação.....	-	(155.877)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(13.353)	(21.815)	
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações.....	1.429	(358)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados.....	(56.983)	(42.379)	
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b> .....	<b>(1.359.451)</b>	<b>(467.654)</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	190.896	139.788	
Dividendos Recebidos.....	924.560	677.860	
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>1.115.456</b>	<b>817.648</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos Pagos.....	(12.599)	(13.057)	
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(12.599)</b>	<b>(13.057)</b>	
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(256.594)</b>	<b>336.937</b>	
Início do Exercício.....	511.676	174.739	
Fim do Exercício.....	255.082	511.676	
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(256.594)</b>	<b>336.937</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais			
<b>1) CONTEXTO OPERACIONAL</b>			
A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.			
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.			
<b>2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>			
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.			
<b>2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis</b>			
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.			
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.			
<b>2.2) Moeda funcional e de apresentação</b>			
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.			
<b>2.3) Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.			
<b>2.4) Ativos financeiros</b>			
No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) amortizados e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).			
• <b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>			
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.			
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.			
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.			
• <b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados de abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.			
<b>2.5) Determinação do valor justo</b>			
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.			
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.			
<b>2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas</b>			
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.			
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.			
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.			
<b>Ágio (Goodwill)</b>			
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e <i>joint ventures</i> .			
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.			
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.			
<b>2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)</b>			
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.			
Uma perda por redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.			
<b>2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias</b>			
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:			
• <b>Ativos Contingentes:</b> não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;			
• <b>Provisões:</b> são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;			
• <b>Passivos Contingentes:</b> de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e			
• <b>Obrigações Legais:</b> Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.			
<b>2.9) Patrimônio líquido</b>			
<b>a) Lucro por ação</b>			
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas	
<b>Saldos em 31.12.2016</b> .....	<b>3.656.900</b>	-	<b>374.311</b>	<b>4.145.602</b>	<b>(493)</b>	<b>(16.465)</b>	<b>8.159.855</b>
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a).....	443.100	-	-	(443.100)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(836)	5.875	5.039
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.326.199
Destinações: - Reservas.....	-	-	66.310	1.247.290	-	-	(1.313.600)
- Dividendos Propostos (Nota 12c).....	-	-	-	-	-	-	(12.599)
<b>Saldos em 31.12.2017</b> .....	<b>4.100.000</b>	-	<b>440.621</b>	<b>4.949.792</b>	<b>(1.329)</b>	<b>(10.590)</b>	<b>9.478.494</b>
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a).....	700.000	-	-	(700.000)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(3.998)	5.569	1.571
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.105.738
Destinações: - Reservas.....	-	-	55.288	1.039.946	-	-	(1.095.234)
- Dividendos Propostos (Nota 12c).....	-	-	-	-	-	-	(10.504)
<b>Saldos em 31.12.2018</b> .....	<b>4.800.000</b>	-	<b>495.909</b>	<b>5.289.738</b>	<b>(5.327)</b>	<b>(5.021)</b>	<b>10.575.299</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
<b>Lucro Líquido</b> .....	<b>1.105.738</b>	<b>1.326.199</b>	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	1.571	5.039	
<b>Total do Resultado Abrangente</b> .....	<b>1.107.309</b>	<b>1.331.238</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**b) Dividendos a pagar**  
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

**2.10) Reconhecimento da receita**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

**2.11) Receitas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)**  
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 19.

**2.13) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

**3) GERENCIAMENTO DE RISCOS**  
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

**Valor justo de ativos e passivos financeiros**  
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1**  
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2**  
*Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3**  
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**  
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	113	7
Fundos de investimentos financeiros (2).....	254.96	

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22  
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

### 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias.....	535.796.738	535.796.738
<b>Total</b> .....	<b>535.796.738</b>	<b>535.796.738</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 4.800.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

#### b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>5.785.647</b>	<b>5.390.413</b>
- Reserva legal (i).....	495.909	440.621
- Reserva estatutária (ii).....	5.289.738	4.949.792

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

#### c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro
	2018	% (1)		
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>1.105.738</b>		<b>1.326.199</b>	
Reserva legal.....	(55.287)		(66.310)	
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>1.050.451</b>		<b>1.259.890</b>	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	10.504		12.599	
<b>Total dos dividendos</b> .....	<b>10.504</b>	<b>1,0</b>	<b>12.599</b>	<b>1,0</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

### 13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPS.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Saldo no início do período</b> .....	<b>1.043</b>	<b>974</b>
Atualização monetária.....	43	69
<b>Saldo no final do período</b> .....	<b>1.086</b>	<b>1.043</b>

### 14) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	24.677	22.023
Rendimento de letras financeiras.....	101.254	75.821
Rendimento de aplicações em CDB.....	15.617	19.452
Juros ativos.....	43	69
Juros passivos.....	(43)	(645)
<b>Total</b> .....	<b>141.548</b>	<b>116.720</b>

### 15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins.....	19.406	18.724
PIS.....	3.904	3.809
Outros.....	1	-
<b>Total</b> .....	<b>23.311</b>	<b>22.533</b>

### 16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Doações e patrocínios.....	3.347	3.926
Editais e publicações.....	98	97
Serviços de terceiros.....	23	22
<b>Total</b> .....	<b>3.468</b>	<b>4.045</b>

### 17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Honorários da Diretoria.....	1.800	-
Gratificações.....	3.060	-
Encargos sociais trabalhistas.....	972	-
Benefícios de empregados.....	3.781	-
<b>Total</b> .....	<b>9.613</b>	<b>-</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

### Columbus Holdings S.A.

Osasco - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### 18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa.....	113	7	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	-	1.056.695	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	2.454.164	-	-	-
Ativos financeiros para negociação.....	-	263.442	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	255.237	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	41.615	79.048
<b>Passivos</b>				
Dividendos a pagar.....	-	-	10.504	12.599

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Cielo S.A., Nova Paiol Participações Ltda., Quixaba Empreendimentos, Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de letras financeiras.....	101.254	75.821	-	-
Rendimento de aplicações em CDB.....	15.617	19.452	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

### 19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>1.201.941</b>	<b>1.417.420</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente..	(408.660)	(481.923)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	372.907	451.275
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.096)	(904)
Juros sobre o capital próprio.....	(61.485)	(62.772)
Outros valores.....	3.131	3.103
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(96.203)</b>	<b>(91.221)</b>

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(96.267)	(91.286)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	64	65
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(96.203)</b>	<b>(91.221)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		Realização/	
	2017	Constituição	Baixa	2018
Perdas de investimentos.....	170	-	(170)	-
Provisão para contingências fiscais.....	123	15	-	138
Outras provisões.....	29	248	(29)	248
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b> .....	<b>322</b>	<b>263</b>	<b>(199)</b>	<b>386</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	685	2.059	-	2.744
<b>Total dos créditos tributários</b> .....	<b>1.007</b>	<b>2.322</b>	<b>(199)</b>	<b>3.130</b>
Obrigações fiscais diferidas.....	123	15	-	138
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>884</b>	<b>2.307</b>	<b>(199)</b>	<b>2.992</b>

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		Total
	2018	2017	
2019.....	186	67	253
2020.....	27	10	37
2021.....	27	10	37
2022.....	24	8	32
2023.....	20	7	27
<b>Total</b> .....	<b>284</b>	<b>102</b>	<b>386</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 373 mil (2017 - R\$ 308 mil) de diferenças temporárias.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 138 mil (2017 - R\$ 123 mil) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

#### f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 32.622 mil (2017 - R\$ 33.426 mil), referem-se a contribuição social de R\$ 1.401 mil (2017 - R\$ 15.246 mil), imposto de renda de R\$ 29.116 mil (2017 - R\$ 16.785 mil), PIS de R\$ 344 mil (2017 - R\$ 232 mil), Cofins de R\$ 1.725 mil (2017 - R\$ 1.163 mil) e INSS de R\$ 36 mil.

### 20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017;

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

d) CPC 06 (R2) - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

## A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2